
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL DE 2008 A 2013:
UM BREVÍSSIMO EXAME DA LITERATURA SOBRE SUA
INFLUÊNCIA NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ADRIANA NUNES MENDES DE BRITO¹
RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar sumariamente tendências importantes na literatura acadêmica a respeito dos movimentos sociais entre 2008 e 2013 e seu nexos com a formulação de políticas públicas. Ele apresenta os resultados embrionários e iniciais de uma pesquisa ressaltando o caráter dinâmico e

complexo do tema, apontando a necessidade de uma avaliação atenta às particularidades que uma avaliação sobre tais movimentos políticos demanda, sugerindo uma “tradução” ou ressignificação enriquecedora da compreensão dos mesmos, em conformidade com a formulação do italiano Antonio Gramsci.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Movimentos Sociais. Gramsci.

¹ É Cientista Social, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: adriananmbrito@hotmail.com

² É Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: rodrigopassos@marilia.unesp.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa fazer uma brevíssima leitura geral sobre algumas tendências da produção bibliográfica acerca dos movimentos sociais que ocorreram no Brasil de 2008 a 2013, principalmente nas grandes cidades do país onde, devido à maior concentração de pessoas, há maior repercussão nacional e internacional. Objetiva-se fazer um sumário exame da literatura existente sobre a influência destes movimentos na formulação das políticas públicas do país. Isto porque é comum a discussão sobre a grande participação dos movimentos sociais na efetivação de ações no âmbito de políticas públicas mais condizentes com a realidade sociopolítica, econômica e cultural da sociedade brasileira.

Primeiramente, pretende-se fazer uma breve apresentação sobre os movimentos sociais no Brasil de 2008 a 2013 e relacioná-los com as políticas públicas. Em seguida, será contemplada a discussão sobre os movimentos sociais, as políticas públicas e a relação entre ambos no contexto brasileiro, sendo esta uma revisão bibliográfica inicial e preliminar. E por fim, serão feitas algumas considerações conclusivas sobre o que foi exposto.

Uma questão se coloca como fundamental para a avaliação de tais movimentos sociais. Como buscar dá conta da amplitude que o tema enseja em poucas palavras? Por outros termos, como abordar o tema de forma sumária e introdutória uma vez que ele remete a uma miríade de manifestações de tais movimentos em complexa rede de diversidade e diferenças em distintas conjunturas? Como articular conceitos e classificações referentes à enorme gama de possibilidades de foco e compreensão de tais movimentos?

Ainda que a análise aqui proposta seja um esboço, a resposta a tais perguntas aponta para o uso da tradutibilidade ou traducibilidade ou ainda, tradução, conceito de *Antonio Gramsci*³. Tal categoria indica que se dá atenção à teoria e a prática ao “traduzir” idéias, conceitos diversos

do sentido originário de sua elaboração. Gramsci (2006) acreditava que a “tradução”, tanto como categoria e metáfora, seria um princípio metódico fundamental, seja como uma ressignificação sem caracterizar uma repetição mecânica. A tradução conotaria um enriquecimento do conceito em questão no sentido de adaptação às várias especificidades históricas, sociais, políticas, econômicas e tradições culturais. No caso deste artigo, a análise dos movimentos sociais enseja fazer essa tradução, pois, como afirmam Rosa e Mendonça (2011, p. 645):

A produção teórica sobre movimentos sociais enfrenta algumas dificuldades que a diferencia de outras áreas de estudo. A própria mobilidade do fenômeno e a sua pluralidade de formas impossibilitam a fixação de um único conceito e de uma única maneira de se estudar a ação coletiva. Com efeito, a teoria tende a acompanhar esse movimento tornando-se igualmente dinâmica, indeterminada e plural.

Isso diz respeito principalmente às últimas três décadas da história nacional quando houve grande mobilização política, social e cultural, ainda que com diferentes ritmos e intensidades durante todo este período. Movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social, por moradia, contra a violência; pela melhoria da saúde pública; por melhores condições nos presídios; pela preservação e defesa da cultura local e das etnias dos povos, por último, movimento e mobilização na área rural por reformas, pelo movimento dos *sem-terra*⁴. Estas mobilizações são “ações sociais coletivas de caráter socio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335).

A propósito disto, Ferreira (2003, p. 80) afirma:

³ Autor comunista italiano que viveu entre 1891 e 1937 e ficou conhecido por sua obra carcerária denominada “Cadernos do Cárcere”, escritos na fase final de sua vida na prisão do regime fascista italiano.

⁴ Para uma leitura mais detalhada dos tipos de Movimentos sociais do século XXI consultar GOHN, 2011.

O processo de produção e disseminação das desigualdades socioeconômicas em nossa sociedade não é algo recente, sendo resultado dentre outras coisas da falta de políticas públicas adequadas, ou mesmo a falta de qualquer política em prol da população como um todo.

Isto é, as manifestações sociais são resultados, dentre outras coisas, da falta de políticas públicas que deem assistência à população de forma geral. Dessa forma, as políticas públicas tornam-se primordiais pelo fato dos diferentes governos não garantirem a ordem e a segurança social e os serviços para diminuir as desigualdades sociais e o desenvolvimento econômico, pois elas “visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis” (TEIXEIRA, 2002, p. 3). Essas políticas são aplicadas e interpretadas pelo poder público e influenciadas pela sociedade civil através das mobilizações sociais, que pressionam o governo a atender as necessidades da população. Logo, movimento social e poder público associados podem resultar em uma sociedade com menos desigualdades e menos problemas sociais e culturais.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER PÚBLICO

Nos últimos dez anos, a produção teórica e metodológica sobre os movimentos sociais passou por profundas transformações. Isto se deve às principais características do movimento social, sua mobilidade e *pluralidade de formas*⁵ no período em questão. “Os chamados novos movimentos sociais se caracterizam, principalmente, pela ruptura dessa dinâmica inerente aos velhos movimentos sociais” (ROSA; MENDONÇA, 2011, p. 644), pois outras demandas além das desigualdades socioeconômicas se tornaram o ponto principal dessas lutas, dando origem a diversos tipos de movimentos. Esses novos

movimentos não lutam mais por melhorias econômicas e políticas apenas, mas, principalmente, por melhorias sociais e demandas culturais. Eles buscam o reconhecimento das suas identidades, sejam elas étnicas, sociais ou religiosas. Dessa forma, fica evidente a dinâmica e a pluralidade destas mobilizações que vêm se modificando consideravelmente desde os primeiros anos do século XXI.

Estas ações sociais coletivas têm sido cada vez mais organizadas, principalmente através do mais eficiente meio de comunicação da atualidade que é a *internet*. Elas têm o objetivo de transformar comportamentos sociais e influenciar políticas públicas adequadas em prol do benefício da população. As políticas públicas se direcionam mais aos interesses dos grupos sociais menos abastados, pois estes são os que mais precisam da assistência do poder público, ou seja, estas políticas mediam as relações entre sociedade e Estado com a finalidade de responder as demandas dos setores marginalizados da sociedade. Portanto, “compreende-se que uma parceria entre o movimento social e o poder público local pode levar a construção de uma realidade melhor, com menos disparidades socioeconômicas e menos abandono a certos grupos sociais” (FERREIRA, 2003, p. 94). Esta parceria cria espaços de diálogo entre o poder público e a sociedade que exercem pressão sobre o Estado através dos movimentos sociais.

2.1 Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Os movimentos sociais estão presentes em toda a história do Brasil. Mas foi após a promulgação da Constituição de 1988, que os movimentos populares retomaram legalmente seu espaço, com a garantia da liberdade de expressão, de pensamento e de participação política. Assim, o debate sobre os movimentos sociais levou em conta importantes transformações, devido à própria mobilidade do fenômeno e a sua pluralidade de formas, prin-

⁵ Modo como Rosa e Mendonça (2011) caracterizam os novos Movimentos Sociais.

principalmente nas últimas décadas, onde estes passaram a ser “compreendidos como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes” (ABERS; BULOW, 2011, p. 53). Isto é, uma forma de mobilização onde pessoas com ideias semelhantes, sejam elas políticas, social, étnica, religiosa ou cultural se organizam e se mobilizam na tentativa de gerar mudanças.

O Brasil, considerando todo seu contexto histórico, já enfrentou várias crises políticas, administrativas e econômicas, o que contribuiu para o aumento das desigualdades socioeconômicas do país. Essas desigualdades sociais poderiam ter sido reduzidas se o país tivesse políticas públicas adequadas. As políticas públicas são diretrizes que norteiam as ações do Estado mediando a relação deste com a sociedade. Elas visam à prestação de bens e serviços para responder as demandas da sociedade, como assistência social, saúde, educação e segurança, principalmente dos setores considerados vulneráveis. Também tem como objetivo “ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente” (TEIXEIRA, 2002, p. 3).

Até parte do século XX, as mobilizações sociais se concentravam em protestar contra as crises econômicas, as desigualdades sociais, cobrando do Estado a redistribuição de recursos, mais empregos e se preocupavam em exercer certo controle sobre o Estado. Diferentemente dos “*novos movimentos sociais*”⁶, onde a preocupação não é influenciar tanto a ação do Estado, mas lutar por condições de vida melhores, pelo respeito e reconhecimento étnico, da opção sexual, da religião, ou seja, pela afirmação das identidades. As mudanças visadas nestas novas manifestações são mais voltadas para a sociedade.

Como os movimentos sociais são ações coletivas que se organizam de diversas formas para expressar suas ideologias e identidades em busca de mudanças sociopolíti-

co e cultural, é necessário buscar estratégias diferentes e diversas para se manifestar, podendo ser através de denúncias, de passeatas pacíficas ou que perturbem a ordem pública, ou através de negociações. As manifestações populares por vezes, atualmente, se comunicam pelas redes sociais, fóruns internacionais, nacionais, regionais, locais online, ou seja, utilizam a *internet* para a comunicação e a organização das mobilizações.

Como dito anteriormente, os movimentos sociais sempre existiram, não somente na história do Brasil, mas de muitos países,

porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2011, p. 336).

Dessa forma, estes movimentos “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, eles têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.” (GOHN, 2011, p. 337). São utilizados para alterar comportamentos socialmente e também para influenciar políticas públicas, pois a relação entre Estado e Sociedade Civil organizada se transformou, e assim o governo passou a conduzir políticas públicas mais participativas, onde não só houve a ampliação do diálogo entre as esferas, mas a maior presença de lideranças de movimentos sociais dentro do próprio Estado. Logo, fica evidente que uma parceria entre o governo ou poder público e o movimento social pode levar a construção de uma sociedade mais justa, com menores desigualdades socioeconômicas e menos abandono aos grupos sociais marginalizados.

⁶ Expressão usada por Abers e Bulow (2011) e por Rosa e Mendonça (2011) referindo-se aos movimentos sociais das três últimas décadas.

2.2 As Manifestações Populares de 2008 a 2013

A mobilização social no Brasil nos anos de 2008 a 2013, principalmente no último ano, representou a indignação da população brasileira com o modo que os políticos estavam administrando o país, pois a sociedade lutava por mais qualidade na educação, saúde e segurança do país. Organizados através das redes sociais, mais intensamente os de 2011 a 2013, estes movimentos ocorreram sem a influência de lideranças políticas.

Nos anos de 2008 a 2011, a sociedade civil se reuniu para protestar contra, principalmente, a violência urbana, a péssima qualidade do transporte público e a alta tarifa deste, em que milhares de pessoas foram às ruas em passeata vestindo camisas de vítimas da violência ou em protesto. Estes movimentos aconteceram em algumas cidades brasileiras ao mesmo tempo, por uma semana ou menos. As manifestações ocorridas em 2011 foram às primeiras que foram integralmente organizadas através das redes sociais, em âmbito regional ou local. Contudo, o manifesto popular de maior amplitude e de maior significado que ocorreu no Brasil na última década, foi o de junho de 2013, este teve repercussão internacional.

As manifestações de junho de 2013 foram algumas das maiores ocorridas no Estado brasileiro milhares de pessoas foram às ruas protestar por vários motivos. Tendo como estopim o aumento da tarifa de ônibus em várias cidades brasileiras, por isso o movimento ficou vulgarmente conhecido como a Revolta dos 0,20 centavos, mas era comumente chamada de Movimento Passe Livre. Os manifestantes não apenas reivindicavam a redução ou isenção da tarifa no transporte público, como também: melhores condições de vida para a população em geral; melhorias na educação, saúde, segurança; mais empregos; punição aos políticos corruptos. Criticavam os gastos exorbitantes do governo com as Copas do Mundo e das Confederações, alegando que o capital investido em estádios de futebol poderia ter sido aplicado na construção de escolas, hospitais, contratação de profissionais necessários para os serviços públicos funcionarem efetivamente e com alguma qualidade, entre várias outras reivindicações.

O movimento envolveu vários grupos sociais, de es-

tudantes a trabalhadores, de jovens a idosos, de ricos a pobres. Também participaram grupos extremistas e radicais que lutavam dignamente por suas causas, como também grupos que queriam se aproveitar dos protestos para praticar atos de vandalismo. Mesmo tendo este lado negativo, os protestos de junho de 2013 não se enfraqueceram nem foram rejeitados pela população, pelo contrário, estes protestos repercutiram em todo o mundo de tal modo que algumas cidades estrangeiras fizeram protestos em apoio aos manifestantes brasileiros.

Estas manifestações foram consideradas um movimento “ímpar” na história brasileira, primeiramente pelo modo de organização que usaram. Pela primeira vez na história do Brasil, a *internet* foi usada para mobilizar uma grande massa popular, sem uma liderança individual ou partidária a frente do movimento, as pessoas se comunicavam pelas redes sociais, combinavam dia, local e horário para ocorrer à manifestação e definiam as causas e o percurso. Muitos trocavam informações através de aparelhos celulares, seja por ligação ou internet, para se comunicarem. Outra característica ímpar é o fato de o movimento ter sido apartidário. Muitos dos manifestantes não permitiam lideranças partidárias ou bandeiras de partidos nem de organizações políticas, em algumas cidades, onde havia grupos mais radicais. Em alguns casos, as bandeiras que representavam algum partido eram violentamente arrancadas. Muitos desprezavam a participação de partidos políticos porque estes estão diretamente ligados à administração falha e corrupta do país e também aos vários escândalos que geraram o afastamento do povo do governo.

Segundo Macedo (2013, p. 06), “aumentou significativamente o grau de exigência dos eleitores e condicionou um novo cenário político nacional”, pois com as manifestações os eleitores passaram a acompanhar com mais rigor a gestão pública, a fiscalizar os atos e recursos públicos com a ajuda das tecnologias que potencializam a velocidade das informações. Com o descontentamento popular declarado nacionalmente, a popularidade dos governantes e dos partidos políticos caiu, caracterizando certa rejeição. Além destas consequências, as manifestações do primeiro semestre de 2013 resultaram em algumas políticas públicas que atendiam as reivindicações

mais imediatas como a redução do valor do transporte público, em algumas cidades. Porém, a maior parte das reclamações não foram atendidas. Com as eleições presidenciais se aproximando será possível observar outras consequências destas manifestações ou não.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo foi argumentado com o apoio da bibliografia acadêmica um brevíssimo panorama sobre as mudanças nos movimentos sociais no Brasil e, com maior ênfase, nos últimos anos. Além disso, foi resgatado um pouco sobre as possibilidades em termos de nexos entre tais movimentos sociais e as políticas públicas.

A complexidade do tema, o caráter inicial desta reflexão e pesquisa, bem como os limites de espaço do texto em tela não permite que se faça uma análise exaustiva e aprofundada. Todavia, justamente por tal complexidade e ausência de um padrão único, é que se reafirma a necessidade de estabelecer nexos entre ideias e conceitos para uma análise que contemple as distintas particularidades de tais movimentos – na melhor acepção gramsciana da “tradução” – e na perspectiva de outro relevante clássico da Ciência Social que destaca o desenvolvimento desigual e combinado das diferentes instâncias e dimensões – social, cultural, política, econômica etc. – que compõem o modo de vida das sociedades (TROTSKY, 1977). Neste esteio, por mais que os movimentos se destaquem e suas lutas atinjam um patamar de pressão sobre os distintos governos, não há garantia de uma transformação automática e proporcional às suas intervenções no seio das sociedades consubstanciada em suas respectivas políticas públicas. Tal é a perspectiva das diferentes temporalidades de transformação das várias esferas da vida social que deve também atravessar a reflexão sobre os movimentos sociais e as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; BULOW, M. U. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, v.13, nº 28, p. 52-84, 2011.
- FERREIRA, R. O. Movimentos Sociais e a Construção de Políticas Públicas para o Meio Rural no Município de Serrinha. **Olhares Sociais**, v. 2, nº 1, 2003.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, nº 47, p. 333-361, 2011.
- GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. v. 2. 4ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2006.
- MACEDO, R. G. Influência das manifestações populares brasileiras na disputa presidencial de 2014. **Perspectiva**, nº 9, 2013.
- ROSA, A. R.; MENDONÇA, P. Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e a de oportunidades políticas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, nº 59, pp. 643-660, 2011.
- TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Salvador (BA): Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR-BA), 2002.
- TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1977.